

## 1. Objetivo

O presente documento tem como objetivo estabelecer e clarificar a metodologia a ser seguida pelo IPAC, em complemento do estabelecido nos documentos DRC001 e DRC006, para acreditação de organismos de certificação que pretendam atuar no âmbito da legislação existente para aplicação do fim do estatuto de resíduo (FER).

## 2. Campo de aplicação

Foram já aprovados, quer por regulamentação europeia, quer por legislação nacional, um conjunto de requisitos que estabelecem critérios para a desclassificação de determinados resíduos, ou a respetiva atribuição do fim do estatuto de resíduo (FER), de acordo com o Decreto-Lei n.º 178/2006, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011. Estes requisitos estabelecem os requisitos a cumprir para que determinado resíduo seja desclassificado, deixando, assim, de estar abrangido pela legislação relativa a resíduos. Para avaliação do cumprimento destes requisitos está prevista a intervenção de entidades acreditadas.

As disposições contidas no presente documento aplicam-se aos organismos de certificação (OC) que pretendem ser acreditados pelo IPAC para atuar neste âmbito.

## 3. Norma de Acreditação

Para a implementação deste esquema de acreditação, o IPAC em consulta com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), estabeleceu que o referencial de acreditação aplicável será a ISO/IEC 17065.

## 4. Descrição do Âmbito de Acreditação

O âmbito de acreditação será definido da seguinte forma:

<b>Produto/ Processo/ Serviço</b> <i>Product/ Process/ Service</i>	<b>Especificação de Certificação</b> <i>Certification criteria</i>	<b>Procedimento de Certificação</b> <i>Certification procedure</i>
<b>C25 - SERVIÇO DE RECICLAGEM</b> <i>RECYCLING SERVICE</i>		
<b>C25.01 - Serviço de reciclagem de sucata e de desperdícios metálicos</b>		
Sucata de ferro, aço ou alumínio, incluindo sucatas de ligas de alumínio	Regulamento (UE) N.º 333/2011	<i>Procedimento de certificação xxx</i>
Sucata de cobre	Regulamento (UE) N.º 715/2013	<i>Procedimento de certificação xxx</i>
<b>C25.02 - Serviço de reciclagem de desperdícios não metálicos</b>		
Casco de vidro destinado à produção de substâncias ou objetos de vidro em processos de refusão	Regulamento (UE) N.º 1179/2012	<i>Procedimento de certificação xxx</i>
Plástico recuperado	Portaria n.º 245/2017	<i>Procedimento de certificação xxx</i>
Material de borracha derivado de pneus usados	Portaria n.º 20/2018	<i>Procedimento de certificação xxx</i>

## 5. Procedimento de acreditação

O procedimento de acreditação aplicável encontra-se descrito no DRC001 - Regulamento Geral de Acreditação e nos documentos por ele referenciados, em particular pelo DRC006 - Procedimento para Acreditação de Organismos de Certificação, o qual é complementado pelos seguintes pontos:

1. O pedido de acreditação deve ser formalizado através do envio para o IPAC do formulário de candidatura DIC011, devidamente preenchido e com os anexos nele solicitados, para o agrupamento de categorias de produtos em questão, com indicação do âmbito para o qual pretendem obter a acreditação (ver ponto 4);

2. A avaliação para concessão da acreditação nesta área inclui, pelo menos, um testemunho presencial. Como consequência do resultado do testemunho, poderá ser considerado necessário efetuar outras ações, nomeadamente uma avaliação no escritório do organismo de certificação;
3. A avaliação da conformidade pelo organismo de certificação visa certificar que o processo de valorização do resíduo cumpre com os requisitos estabelecidos na legislação aplicável, incluindo o sistema de gestão nela descrito. A auditoria do organismo de certificação ao operador para os fins desta certificação pode ser combinada com outras auditorias de certificação ao mesmo operador, desde que existam registos e relatório de auditoria que permitam evidenciar a conformidade com os requisitos da legislação aplicável. A frequência de auditoria será pelo menos a estabelecida na legislação aplicável, e na ausência desta, não pode ser superior a 3 anos.
4. Os certificados de conformidade emitidos pelos organismos de certificação devem fazer referência explícita à conformidade com a legislação aplicável.